

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Domingos Quintas

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

26.09.2017

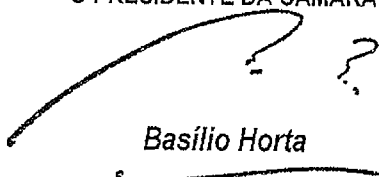
ASSUNTO: Proposta n.º 618-P/2017

«Reconhecer como relevante Interesse Público Municipal a regularização da exploração pecuária do requerente Rui Pedro Fernandes Martins».

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, solicito a V. Exa. que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima indicada, aprovada na reunião da Câmara realizada a 26 de setembro de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

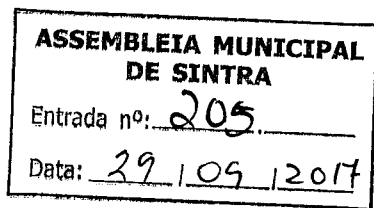

Basílio Horta



PATRIMÓNIO MUNICIPAL CULTURA E HERANÇAS

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra / Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Domingos Quintas

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

26.09.2017

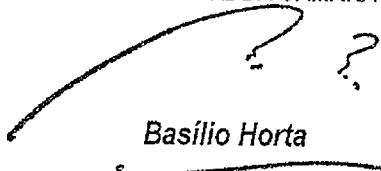
ASSUNTO: Proposta n.º 618-P/2017

«Reconhecer como relevante Interesse Público Municipal a regularização da exploração pecuária do requerente Rui Pedro Fernandes Martins».

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, solicito a V. Exa. que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima indicada, aprovada na reunião da Câmara realizada a 26 de setembro de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA


Basílio Horta



Património Municipal Rui Pedro Fernandes Martins

Assinatura do Presidente da Câmara

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra / Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

*Esta ata está a ser apresentada para uma intervenção em virtude
da da reunião da Câmara de 26-9-17 ainda não se
encontrar aprovada.*

27-9-2017

Vh/h

11. Proposta nº 795-P/2017, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa à presente ata (de fls.000 a fls.000) e dela faz parte integrante.

Retificar a deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada na reunião de 25 de julho de 2017 referente às Propostas n.º 618-P/2017 e 619-P/2017, nos termos da proposta.

O Sr. Presidente, referiu: Houve um erro na deliberação destas Propostas e foi retirada uma Proposta que foi aprovada e foi aprovada uma Proposta que foi retirada. Portanto, trata-se de retificar esse erro.

VOTAÇÃO

A Câmara aprovou esta Proposta por unanimidade.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

11

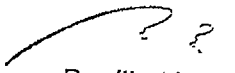
Nos termos do Art.º 57.º, n.º 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária 26-09-2017**.

Proposta nº 795-P/2017, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

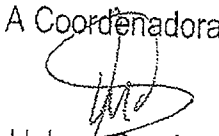
VOTAÇÃO: *aprovada por unanimidade*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 26 de setembro de 2017.

O Presidente


Basílio Horta

A Coordenadora


Helena Saraiva





PROPOSTA N.º ~~618~~ 619-P/2017

Tendo-se verificado que, em reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 25.07.2017, por lapso, foram trocados o sentido e o conteúdo das Propostas n.º 618-P/2017-(Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria, no âmbito da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, referente à regularização e licenciamento da exploração pecuária e das construções existentes, em nome de Rui Pedro Fernandes Martins) e 619-P/2017-(Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria, no âmbito da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, referente à regularização e licenciamento da exploração pecuária e das construções existentes, em nome de Manuel António Inácio & Filhos, Lda.)

Considerando que:

1. A Proposta n.º 619-P/2017, em nome de Manuel António Inácio & Filhos, Lda., deveria ter sido retirada, mas foi aprovada por unanimidade.
2. A Proposta n.º 618-P/2017, em nome de Rui Pedro Fernandes Martins, foi retirada quando deveria ter sido submetida à votação da Câmara Municipal e aprovada.
3. Em resultado da ocorrência de erro, material, na expressão da vontade administrativa (engano nos números das propostas, no momento de submissão à votação), não foi afetada a validade dos atos, mas, tão só, a sua correção formal, e, deste modo, se está perante dois atos administrativos válidos, que padecem de incorreção material.
4. A correção pode ser efetuada, oficiosamente, e a todo o tempo, pelo autor do ato.

Reunião de

26 SET. 2017

Doctº Agendado com o
Nº 19



Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Sintra, que delibere a retificação dos atos administrativos — acima identificados e a consequente correção da Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 25.07.2017, com fundamento nas razões de facto e de direito acima explanadas, onde consta que a Proposta n.º 619-P/2017, foi aprovada por unanimidade e a Proposta n.º 618-P/2017 foi retirada passe a constar que a Proposta n.º 618-P/2017, foi aprovada por unanimidade e a Proposta n.º 619-P/2017 foi retirada para reanálise, a pedido do Exmo. Senhor Presidente.

Paços do Concelho de Sintra, 21 de 09 de 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra



Basílio Horta

Reunião de

26 SET. 2017

Docº Agendado com o
Nº 4



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL





Assunto: Retificação da deliberação da Câmara Municipal de Sintra e da decisão do Sr. Presidente, tomadas em Reunião Ordinária de 25 de julho de 2017 - Propostas n.º 618-P/2017 (Rui Pedro Fernandes Martins) e 619-P/2017 (Manuel António Inácio & Filhos, Lda.). - Reconhecimento do Interesse Público Municipal

<p>Parecer:</p> <p><i>Concordo com a consideração do Excm. Senhor Presidente.</i></p> <p>A Diretora do Departamento de Gestão do Território</p> <p><i>(Lina Catarina) 15</i></p>	<p>Despacho:</p> <p><i>Concedido</i></p> <p><i>20/09/17</i></p> <p><i>3</i></p> <p>Basílio Horta Presidente</p>
---	---

De: Helga Boal Ventura - DGT

Para: Exma. Senhora Diretora do Departamento de Gestão do Território.

Tendo-se verificado que, em reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 25.07.2017, por lapso, foram trocados o sentido e o conteúdo das Propostas n.º 618-P/2017 e 619-P/2017, a seguir identificadas, para melhor esclarecimento:

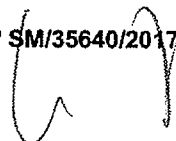
1. **Proposta n.º 618-P/2017 - Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria**, no âmbito da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, referente à regularização e licenciamento da exploração pecuária e das construções existentes, sitas no prédio rústico denominado Pinhalinho, sito na rua do Pinhalinho, Caminho do Picadeiro, n.º 15, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra, sob o número 395 e inscrito na matriz cadastral sob o artigo 111, da Secção L, de S. Martinho, União das Freguesias de Sintra, sito em limites da Quinta do Cosme, Galamares, S. Martinho - CT/1291/2015/IM, em nome de **Rui Pedro Fernandes Martins**, foi retirada, por lapso, quando deveria ter sido submetida à votação da Câmara Municipal.

Reunião de

26 SET. 2017

Docº Agendado com o
Nº 11





2. Proposta n.º 619-P/2017 - Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria, no âmbito da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, referente à regularização e licenciamento da exploração pecuária e das construções existentes, sitas em Barreira, localizadas no prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra, sob o número 8061 e inscrito na matriz cadastral sob o artigo 137, da Secção L, de S. João das Lampas, União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem - CT/1825/2015/IM, em nome de **Manuel António Inácio & Filhos, Lda.** foi submetida a votação e aprovada por unanimidade, quando deveria ter sido retirada.

Contudo, a Proposta n.º 618-P/2017 que deveria, de acordo com a explanação feita, ter sido aprovada, foi retirada e a Proposta n.º 619-P/2017, foi retirada, tendo estas deliberações sido plasmadas em ata - “formalidade *ad probationem* da decisão”, no douto entendimento do Prof. Dr. Marcello Caetano, in Manual de Direito Administrativo.

Do exposto resulta que ocorreu um erro material na expressão da vontade administrativa (troca na referência às propostas), que não afeta a validade do ato, mas, tão só, a sua correção formal. Termos em que ocorreu uma efetiva e válida tomada de decisão por parte da Câmara Municipal, embora com uma expressão incorreta quanto à referência às correspondentes propostas, o que urge corrigir.

Correção que pode ser efetuada, oficiosamente, pelo autor do ato.

No douto entendimento do Prof. Dr. Marcello Caetano, in Manual de Direito Administrativo, (a pgs. 562):

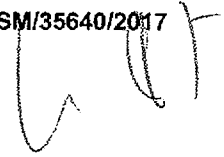
“Desde que se trate de erros manifestos de expressão facilmente comprováveis, parece evidente que nunca podem consolidar-se juridicamente. Em qualquer momento em que a Administração ou os interessados se apercebam da sua existência deve ser permitido desfazê-lo restabelecendo a expressão correta da vontade administrativa.

A rectificação deve ser dada a conhecer pelas mesmas vias estabelecidas para o acto rectificado: se este teve de ser publicado, há-de ser publicado também e nos mesmos lugares. A partir da rectificação o texto autêntico é o emendado de harmonia com ela, o qual, como ficou dito, reputa como originário.”

26 SET. 2017

Docº Agendado com o
Nº 44





Do Direito

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, doravante CPA, *“Os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser retificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato.”*

Determina o n.º 2 do supra referido preceito que “A retificação pode ter lugar oficiosamente ou a pedido dos interessados, produz efeitos retroativos e deve ser feita sob a forma e com a publicidade usadas para a prática do ato retificado.”

E de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 169.º, ex vi n.º 1 do artigo 174.º, ambos do CPA *“(…), são competentes para a revogação dos atos administrativos os seus autores e os respetivos superiores hierárquicos, desde que não se trate de ato da competência exclusiva do subalterno.”*

Conclusão - Proposta

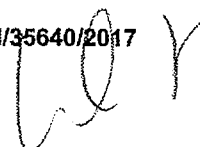
Face a todo o exposto, considerando que:

1. A Proposta n.º 619-P/2017, em nome de Manuel António Inácio & Filhos, Lda., deveria ter sido retirada, mas foi aprovada por unanimidade; e
2. A Proposta n.º 618-P/2017, em nome de Rui Pedro Fernandes Martins, foi retirada quando deveria ter sido submetida à votação da Câmara Municipal e aprovada;
3. Em resultado da ocorrência de erro, material, na expressão da vontade administrativa (engano nos números das propostas, no momento de submissão à votação), que não afeta a validade do ato, mas, tão só, a sua correção formal.
4. Se está perante dois atos administrativos válidos, que padecem de incorreção por engano de quem redigiu a Ata.
5. A correção pode ser efetuada, oficiosamente, e a todo o tempo, pelo autor do ato.

Propõe-se que submissão da retificação dos atos administrativos - deliberação de aprovação e decisão de retirada da proposta - acima identificados e a consequente correção da Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 25.07.2017, com fundamento nas razões de facto e de direito acima explanadas, passando a constar que a

Reunião de



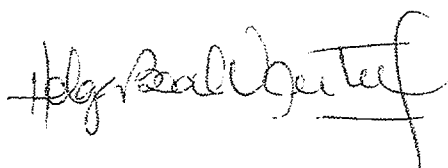


Proposta n.º 618-P/2017, foi aprovada por unanimidade e a Proposta n.º 619-P/2017 foi retirada para reanálise, a pedido do Exmo. Senhor Presidente.

No entanto, à sua superior consideração.

Sintra, 31 de agosto de 2017.

A Jurista,



Helga Boal Ventura

Reunião de

26 SET. 2017

Docº Agendado com o
Nº 11

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Somente para efeitos internos dado que a Ak
de Reunião da Câmara de 25.07.2017 ainda não
foi aprovada.

C. E. Fousep

4.Proposta nº 618-P/2017, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa à presente ata (de fls.000 a fls.000) e dela faz parte integrante.

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da exploração pecuária do requerente Rui Pedro Fernandes Martins, nos termos da proposta.

Esta Proposta foi retirada para reanálise a pedido do Sr. Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

4

Nos termos do Art.º 57.º, n.º3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária 25-07-2017**.

Proposta nº 618-P/2017, subscrita pelo Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO: *A Proposta foi retirada*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 25 de julho de 2017.

O Presidente



Basílio Horta

A Coordenadora



Helena Saraiva





PROPOSTA N.º ⁶¹⁸ - P / 2017

Considerando que o Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, estabeleceu com carácter extraordinário, o Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo;

Considerando que a impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas pode inviabilizar a concretização de projetos de investimento e de criação/manutenção de emprego no concelho;

Considerando ainda que os pedidos de regularização das atividades económicas são apresentados às entidades coordenadoras ou licenciadoras e que quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, devem ser instruídos com deliberação fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização do estabelecimento ou instalação emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara;

Considerando que o requerente **Rui Pedro Fernandes Martins** solicitou a esta Câmara o pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização de uma exploração pecuária destinada à criação de bovinos e equídeos, sito na Casal da Belavista, Caminho do

Reunião de

25 JUL, 2017



Docº Agendado com o
Nº 4


Picadeiro, Galamares, S. Martinho, União das Freguesias de Sintra, tendo instruindo o respetivo processo de acordo com o quadro normativo acima referido;

Considerando ainda que realizada a Conferência de Serviços, ao abrigo do Despacho nº 9 – P/2015, de 21 de janeiro, os serviços municipais representados, GAEM e GPDM pronunciaram-se no sentido de ser emitido parecer favorável à pretensão do requerente;

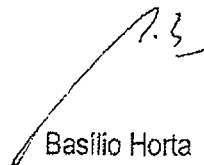
Ponderados os interesses económicos, sociais e ambientais em presença, é de todo o interesse do Município manter a empresa no concelho, sendo inviável economicamente a sua deslocalização para outro local.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização da Exploração Pecuária do requerente Rui Pedro Fernandes Martins, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.

Paços do Concelho de Sintra, 7 de  de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra



Basílio Horta

Reunião de

25 JUL, 2017

Doctº Agendado com o
Nº 4



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



Direção Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território
Departamento de Gestão do Território

Reunião de

25 JUL 2017

Informação – Proposta n.º SM/28199/2017

Doc.º Agendado com o
Nº 4

Assunto: CT/1291/2015/IM - Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria, no âmbito da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro - Rui Pedro Fernandes Martins.

<p>Parecer: concedo - A CONSIDERAÇÃO do Eni: SENHOR-PRESIDENTE.</p> <p>A Diretora do Departamento de Gestão do Território (Lina Catarino) 2017 07 07</p>	<p>Despacho:</p> <p>Concedido 21/2/17 [assinatura]</p>
---	---

De: Helga Boal Ventura - DGT

Para: Exma. Senhora Diretora do Departamento de Gestão do Território, Arqta. Lina Catarino.

Em 28.09.2015, veio Rui Pedro Fernandes Martins instruir, junto dos serviços municipais, um pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização das suas instalações afetas à exploração pecuária de criação de bovinos e equídeos, registada no Ministério da Agricultura, com o Título de Exploração Pecuária Classe 3, n.º 229/2011, para a exploração pecuária ao abrigo do n.º 1 do artigo 37.º do Regime do Exercício da Atividade Pecuária (REAP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de novembro.

Do Enquadramento Legal da Pretensão

O Decreto - Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, atenta a impossibilidade de regularização ou licenciamento das alterações pretendidas e a consequente impossibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental, bem como da limitação de projetos de investimento e criação de emprego, aprovou o Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

25 JUL. 2017

Doc.º Agendado com o
n.º 4

Regime Jurídico que visa criar um mecanismo que permita avaliar a regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou de exercício válido face às condições atuais da actividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

E que é, também, aplicável aos estabelecimentos e explorações sem título válido de instalação ou exploração ou exercício de atividade, incluindo os desconformes com os Instrumentos de Gestão Territorial vinculativos dos particulares, ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública, ou, ainda, estabelecimentos e explorações com título válido cujas alterações ou ampliações não sejam compatíveis com os supra mencionados IGT(s) ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

São requisitos de aplicação do presente regime, o exercício da atividade por um período mínimo de dois anos ou estando a atividade suspensa, ter a suspensão ocorrido há menos de um ano, com exceção das situações em que a suspensão foi autorizada pela entidade licenciadora, por um período máximo de três anos.

O pedido de regularização das atividades económicas objeto do presente diploma deve ser instruído com Deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do preceituado na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/14, quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.

O pedido para obtenção da deliberação de reconhecimento de interesse público municipal, deve ser instruído pelo interessado, que deve juntar os elementos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 4 e nas alíneas a) a c), g) a i) e n) do n.º 5 do artigo 5.º do diploma sun judice, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

Do Pedido

O requerente deu entrada do pedido para Declaração de Interesse Público Municipal, com vista à regularização e licenciamento da exploração pecuária e das construções existentes, sitas no prédio rústico denominado Pinhalinho, sito na rua do Pinhalinho, Caminho do Picadeiro, n.º 15, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra, sob o número

395 e inscrito na matriz cadastral sob o artigo 111, da Secção L, de S. Martinho, União das Freguesias de Sintra, sito em limites da Quinta do Cosme, Galamares, S. Martinho.

A exploração pecuária está localizada num terreno com a área de 6.640,00m², em Classe de Espaço Agrícola de Nível 2, na Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Sintra. Nos termos das disposições do artigo 31.º do Regulamento do PDM, a exploração não cumpre a superfície mínima da propriedade e os índices máximos de ocupação, de construção e de impermeabilização do solo.

O terreno situa-se, também, em zona de influência do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais (POPNSC) em área de proteção complementar do tipo II e proteção parcial do tipo II, estando, ainda, em zona de REN-Reserva Ecológica Nacional, de RAN-Reserva Agrícola Nacional e em área de servidão à linha de água confinante com o terreno.

Do processo consta o Título de Exploração Pecuária Classe 3 n.º 229/2011, emitido pelo Ministério da Agricultura - DRAPLVT, em 19 de janeiro de 2011.

Realizada conferência de serviços, ao abrigo do Despacho nº 9-P/2015 de 21 de janeiro, em 26.01.2016, os serviços pronunciaram-se no sentido de ser emitido "(...) parecer favorável, de acordo com as condições técnicas em anexo, devendo sempre ser garantida a criação de uma barreira arbórea, a requalificação do edificado existente e a existência de infraestruturas, a verificar posteriormente em sede de pedido de regularização industrial e licenciamento de operação urbanística."

Após vistoria efetuada às instalações pela Autoridade Sanitária Veterinária Concelhia e o Núcleo de Vistorias do Gabinete Médico Veterinário Municipal, em 27.02.2017, foi elaborado o relatório registado sob o número 9152/2017, onde se refere que "(No local foi verificado que os animais se apresentavam em boas condições físicas, devidamente alimentados e com alojamentos adequados, verificando-se também que os resíduos provenientes destes são devidamente tratados.

Há ainda a referir a existência de um alojamento para bovinos, algo degradado, que não é atualmente utilizado, e que caso o requerente venha a utilizar, deve para o mesmo prever propostas de reabilitação e conservação adequadas em sede de licenciamento."

O requerente instruiu o seu pedido com os elementos previstos no nº 4 DO ARTIGO 5.º do d.l N.º 165/2014 no Manual de Procedimentos para a Regularização elaborado pela DM-APG

e, ainda, os previstos no n.º 5 do citado artigo, para ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença.

Trata-se de uma exploração em que a atividade pecuária, no local, foi iniciada pelo pai do ora requerente, em meados dos anos 80.

O requerente possui atualmente 1 colaborador, mas prevê o aumento dos postos de trabalho, após a regularização da atividade .

A faturação da empresa em 2013 foi de € 7.140,00.

Relativamente aos inconvenientes da deslocalização ou desativação da exploração, o requirente alegou que a inexistência, na posse do requerente, de outro terreno para onde possa deslocalizar a exploração e a inexistência de recursos financeiros próprios que lhe permitam suportar os custos inerentes à deslocalização da exploração inviabilizariam a sobrevivência da referida exploração.

No que concerne ao Impacto Ambiental, a empresa não apresenta certificações que atestem o cumprimento dos requisitos ambientais necessários e legalmente previstos para o desenvolvimento da sua atividade.

A declaração de interesse municipal será condicionada:

- Deverão ser asseguradas pelo requerente as necessárias infraestruturas viárias, de abastecimento de água, saneamento básico e drenagem pluvial, ou o reforço das existentes, de modo a dotar o estabelecimento/exploração, de infraestruturas e serviços em condições condignas de utilização, nomeadamente quanto à pavimentação, perfil de arruamento e eventual ligação a ramais ou prolongamento dos existentes;
- Deverá prever a colocação de uma cortina arbórea em toda a periferia do terreno, para melhor inserção na paisagem;
- As construções existentes deverão ser alvo de intervenções de manutenção, conservação e eventual reformulação estética, com alterações de materiais de construção e funcional, de modo a melhorar o seu enquadramento urbanístico e inserção na paisagem;

Reunião de

25 JUL, 2017

- As coberturas de fibrocimento, das construções a regularizar devem ser substituídas, quando se verifique a existência de amianto, nos termos das legislação aplicável;
- As construções a regularizar devem cumprir as normas legais e regulamentares no que concerne a Higiene e Saúde no Trabalho, RGEU e demais normas técnicas aplicáveis à edificação;
- A dotação de estacionamento existente, quando não cumpra o legalmente previsto, deve ser fundamentada de acordo com o estudo de tráfego a apresentar;
- A presente proposta não abrange a área habitacional;
- Deverá proceder à regularização da área do terreno na CRP conforme área apresentada no levantamento topográfico entregue;
- As construções existentes devem ser requalificadas ao nível dos materiais e acabamentos;
- O requerente não pode exercer a exploração de gado bovino para produção de carne e indústria de leite e derivados, uma vez que as condições atuais não o permitem;
- Caso o requerente pretenda ter bovinos de raça brava (de lide) para treino dos equídeos, deverá, em sede de licenciamento, efetuar melhorias no local de alojamento dos mesmos, de forma a que cumpra os requisitos mínimos legais estipulados pela legislação em vigor e requeridos pelas entidades competentes;
- Em sede de licenciamento devem ser inequivocamente assegurados e cumpridos os requisitos de exploração legalmente impostos pelas unidades orgânicas competentes da DRAP-LVT, do Ministério da Agricultura e legislação aplicável em vigor.

Conclusão / Proposta

Encontrando-se o processo corretamente instruído, de acordo com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, tendo obtido parecer favorável do Gabinete de Apoio Empresarial e do Gabinete do Plano Diretor Municipal e de acordo com a informação técnica da DGLI, constante do SM/8662/2015, de 16.03.2017, propõe-se a remessa do presente processo à consideração do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para que em caso de concordância:

Reunião de

25 JUL. 2017

Doctº Agendado com o
Nº 4

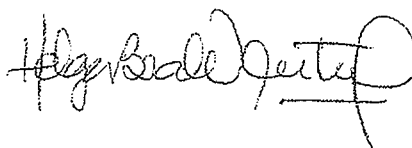


Seja o presente processo remetido a reunião de câmara para deliberar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o reconhecimento do interesse público municipal na legalização das instalações do requerente, Rui Pedro Fernandes Martins, tendo por base os fundamentos de facto e de direito constantes do processo, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº165/2014, de 5 de novembro.

À consideração Superior,

Sintra, 30 de junho de 2017

A Jurista,



Helga Boal Ventura

Reunião de

25 JUL, 2017

Doctº Agendado com o
Nº 4

Documentação referente à **Proposta nº 618-P/2017**

Reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações –

Rui Pedro Fernandes Martins

<https://cloud.cm-sintra.pt/index.php/s/XpbYi1iBKqqAjFv>